

LÍNGUAS MINORITÁRIAS E MINORIZADAS NO BRASIL: POR UMA POLÍTICA LINGUÍSTICA DO FALANTE

Beto Vianna

Universidade Federal de Sergipe

btvianna@gmail.com

Introdução

O termo “língua materna” tem uma longa história no pensamento ocidental. No contexto da linguística, desde seu surgimento como empreendimento científico, o termo é recorrente em vários quadros teóricos e descritivos, até hoje. Faz referência à língua adquirida e utilizada por um indivíduo na infância, ainda que venha a perdê-la mais tarde. Para os teóricos do século XIX, materna era a língua do povo ou nação do falante. Nas abordagens estruturalistas, como o gerativismo, o termo equivale à “primeira língua”, ou “L1”, sistema adquirido nos primeiros anos de vida, ou “período crítico” de aquisição da linguagem (LENNEBERG, 1967). Em uma perspectiva mais dialetal, e principalmente sociolinguística, língua materna é a língua própria da comunidade de fala a que pertence o indivíduo, o vernáculo.

Persiste, no uso do termo, a vinculação de língua materna a um código específico, que faz surgir, do domínio desse código, o “falante nativo”. Curiosamente, esse modo de conceber linguagem dá pouca importância ao adjetivo “materno” – a língua *da mãe* – no uso do termo. É claro que o conceito de L1 pressupõe um “berço linguístico”: o sistema emerge em um contexto familiar e, por extensão, materno. E nos usos históricos e contemporâneo do conceito de vernáculo, a língua da nação, da comunidade de fala ou da etnia, é a mesma do indivíduo e de seus ascendentes diretos. O problema não está na atribuição de um mesmo sistema para o falante e sua mãe. A questão é a que se dá o atributo de “sistema”, ou seja, o fenômeno que se quer explicar. Nessa visão da linguagem, o sistema investigado é o código linguístico, com suas dinâmicas próprias, e autônomo em relação ao contexto interacional. Aceita-se que a língua materna, é transmitida da mãe a seu filho, mas esses agentes são considerados externos ao objeto primeiro de inquirição do linguista.

Se para a língua materna é perceptível o apagamento da *agência* na descrição do fenômeno linguístico, no caso das línguas ditas minoritárias, a abordagem centrada no código não apenas é pouco esclarecedora, como impede um entendimento político de uma situação potencial ou efetivamente prejudicial para os atores envolvidos. O entendimento necessário para a ação política sobre a interação linguística estabelecida é o que eu chamo de uma “sociolinguística aplicada” e uma “linguística melhor articulada”, lançando mão das contribuições de disciplinas diretamente ligadas às ciências da linguagem, como a linguística antropológica, a pragmática e a sociologia da linguagem, e de outras tradições do pensamento científico. No presente trabalho, proponho uma abordagem da linguagem a partir da biologia, ou, especificamente, do caminho explicativo conhecido como Biologia do Conhecer (MATURANA e VARELA, 1980), em que o papel dos falantes não é secundário ou externo ao sistema linguístico, mas crucial para o entendimento do fenômeno e propício a uma ação sobre ele.

1. O surgimento de línguas minoritárias no Brasil

1.1 De falantes a substratos indígenas

A época das navegações inaugurou, há cerca de 500 anos, um novo conjunto de relações culturais, políticas, sociais, afetivas e linguísticas, tanto para os recém-chegados europeus quanto para as pessoas que já habitavam o solo americano. O contato interétnico não era novidade para nenhum dos grupos, como nunca foi para os agrupamentos humanos que migram pelo globo há mais de cem mil anos, em um processo interminável e intermitente de fissão e fusão social. (CAVALLI-SFORZA, 2000).

O caráter de novidade dos encontros inaugurados pelas navegações deve-se à disparidade de modos de vida dos dois grupos, dado o longo período de diferenciação entre eles: à época do contato, os povos dos chamados “velho” e “novo” mundos estiveram separados por cerca de dez mil anos (ADOVASIO, 2011; STORTO e FRANCHETTO, 2006). Nesses dez milênios cada hemisfério viveu seu próprio e intenso processo de diversificação e contato interétnicos. Tempo suficiente para surgirem dezenas de troncos e centenas de famílias

linguísticas ameríndias (RODRIGUES, 1993). Os números impressionam por serem equivalentes aos do Velho Mundo, sede das milenares civilizações em contato da Europa, Ásia e África e da origem da humanidade (ADOVASIO, 2011).

No Brasil, os primeiros contatos reuniram um número reduzido de portugueses, todos do sexo masculino, e os habitantes de aldeamentos de etnias diversas, mas aparentadas, situados na costa brasileira e falantes de uma língua de família tupi-guarani. Inicialmente, os encontros envolviam trocas rudimentares e as tentativas de entendimento e reconhecimento mútuo. Os processos imediatamente subsequentes, no entanto, envolveram a participação de grupos sociais europeus cada vez mais diversificados (incluindo prepostos da Coroa portuguesa e padres jesuítas), mas sempre em número inferior ao dos ameríndios, e homens, em sua maioria. A busca por oportunidades econômicas que justificassem as viagens, e o projeto de uma ocupação colonial mais efetiva, promoveram a interiorização das expedições, a apropriação de terras e a intensificação do contato, aumentando o recurso à violência, à escravização, e ao genocídio, e dando início a uma das mais prolongadas, abrangentes e traumáticas histórias de reorganização política, social e linguística, atingindo milhões de pessoas e centenas de etnias indígenas.

Destacam-se os processos interligados de “descimento” (apresamento e reagrupamento de índios de vários grupos em uma mesma aldeia), o estabelecimento de aldeias jesuítas ligadas à catequese, mas, também, à exploração e “criatório” de força de trabalho indígena (RIBEIRO, 1995), e os casamentos interétnicos. Estes envolviam, em regra, homens portugueses (ou outros europeus) e mulheres índias de várias etnias, principalmente de fala tupi-guarani (RIBEIRO, 2007; MOORE, 2011).

O resultado foi uma reorganização massiva do tecido social e dos contatos interétnicos indígenas, a sujeição de povos inteiros a modos de vida antagônicos a suas experiências originais e a disponibilidade de terras e braços para servir aos não-índios. Por outro lado, a nova ordem provocou o surgimento de línguas de contato entre esses novos conjuntos de atores socioculturais – as “línguas gerais”

de base tupi – e o fortalecimento de línguas dessa mesma família, em detrimento de outras, indígenas e europeias.

Os casamentos envolvendo homens europeus passou a ser elemento decisivo no povoamento das áreas indígenas invadidas e reocupadas. Assim, a disseminação das línguas gerais de base tupi-guarani e o fortalecimento de determinadas línguas indígenas no Brasil colonial dão uma dimensão nada metafórica para o termo “língua materna”. Uma língua é “natural”, dizem os linguistas, quando “nascem” falantes dessa língua, ou seja, quando ela se converte na “L1” de indivíduos em uma comunidade. Pois as línguas gerais e outras línguas indígenas de prestígio, não só eram línguas maternas da maior parte da população brasileira naquele momento, como sua disseminação estava garantida justamente pelo fato da maioria dos brasileiros serem filhos de mães índias. O desenvolvimento posterior dos arranjos coloniais irá mudar esse quadro, mas o fato é que o embrião da sociedade brasileira se “plasmava” (no dizer de Darcy Ribeiro, 1995) de ventre índio, juntamente com suas línguas.

1.2 De falantes a substratos africanos

Um segundo grande divisor de águas linguísticas no processo colonial brasileiro foi a entrada maciça, por quatro séculos seguidos, de povos escravizados na África, bem como sua participação nos processos de povoamento do Brasil e complexificação da rede de contatos interétnicos, incluindo a miscigenação. À multiplicidade étnica dos africanos, correspondia igual diversidade linguística (PETTER, 2011).

A qualidade dos contatos, no entanto, diferia da dos índios. Esses povos foram arrancados de sua rede de relações original e forçados a se relacionar com grupos diferentes, africanos ou não. Nesse cenário, nenhuma língua africana foi alçada à condição de língua geral, ou, pelo menos, não com a abrangência, em território americano, de seus correlatos indígenas. Muitos povos africanos já utilizavam (e ainda usam) línguas de contato próprias, e essas línguas certamente faziam parte da interação entre os grupos recém-formados.

Os escravos eram originários de duas grandes regiões (em que se situavam as rotas e entrepostos comerciais portugueses), o oeste africano e a porção sul do continente. O oeste forneceu a maior diversidade linguística, com povos falantes dos troncos níger-congo (que entre muitas outras línguas dos escravos, compreende o iorubá), afro-asiático (da língua hausa), e nilo-saariano (o canúri). Do sul, vieram os povos de línguas bantu, mais próximas umas das outras, mas faladas por um número muito maior de africanos que tiveram seu destino ligado ao Brasil. Além do tráfico de povos de língua bantu ter sido maior – quantitativa e temporalmente – seus destinos foram mais diversificados, abrangendo virtualmente toda região brasileira em que houve a entrada de escravos.

Fundamental para o entendimento da contribuição africana no desenvolvimento do plurilinguismo dos brasileiros é o caráter associal da escravidão, atingindo várias gerações de todos os envolvidos. A patologia social foi reforçada pela longevidade – quatro séculos – e pelo número de pessoas escravizadas, estimadas em 10 milhões (BAGNO, 2011). As consequências sociais e implicações linguísticas de um processo dessa magnitude são identificáveis ainda hoje nas relações estabelecidas entre os brasileiros das várias procedências étnicas.

O sentido que uso aqui de “relações sociais”, oriundo do caminho explicativo da Biologia do Conhecer (MATURANA, 1997, MATURANA e VARELA, 1980), implica diretamente o afazer linguístico, pois não é o uso de um código que define as coerências comportamentais mútuas (as “regras gramaticais” em comum), mas, inversamente, as regularidades do código é que são geradas pelo consenso estabelecido na linguagem. Se o encontro não se dá na aceitação da presença legítima do outro, não se qualifica como “social”. Uma relação em que a pessoas se tratam, respectivamente, como “mercadoria” e “dono” não é capaz de gerar um sistema social e, conseqüentemente, um comportamento linguístico adequado. Ao tratarmos a contribuição dos africanos e seus descendentes para as línguas brasileiras, é preciso lembrar o sistema associal de que os povos escravos e não escravos coparticiparam, e suas repercussões no desenvolvimento das dinâmicas relacionais, até hoje.

2. O espaço relacional da linguagem

2.1 Coontogenia

Tradicionalmente, as ciências sociais resistem a explicações biológicas dos processos coletivos humanos, entendendo que tais explicações são deterministas, ou desatentas às dinâmicas próprias das relações culturais humanas. No entanto, o fenômeno social implica, para que ocorra, a concorrência de dois ou mais organismos (humanos ou não), colocando-se então como um fenômeno pertinente ao vivo e ao viver, e tratável nos termos de uma explicação biológica. Isso não implica a necessidade de se utilizar mecanismos explicativos determinísticos, genéticos ou semelhantes. Utilizando um arcabouço conceitual da Biologia do Conhecer (MATURANA and VARELA, 1980; VIANNA, 2011), pretendo explicitar como se dá a participação de um organismo na constituição de uma dinâmica social e em um domínio linguístico.

A ontogenia de um indivíduo (o seu desenvolvimento, do nascimento até a morte), implica a conservação da adaptação como condição para a realização do seu viver e na continuidade da sua linhagem (MATURANA e MPODOZIS, 1992). O organismo e sua descendência vivem em contínuo acoplamento estrutural com o meio até, respectivamente, a morte individual ou a morte da linhagem. Como o fluir comportamental do ser vivo modula o curso de suas mudanças estruturais, o mesmo irá acontecer quando uma parte do meio com o qual o organismo interage é outro organismo. A ontogenia de cada organismo irá se dar num contexto coerente com a história de suas interações. Se a interação entre esses organismos é recorrente e recursiva, ou seja, se observamos uma história de interações onde os novos comportamentos são incorporados a processos interacionais seguintes, podemos dizer que esses organismos estão em um *domínio linguístico* (VIANNA, 2011).

2.2 O domínio linguístico

O domínio linguístico é um domínio comportamental de ações coordenadas, consensuais, entre dois ou mais organismos. Sempre que houver um domínio

linguístico, uma rede social pode ser formada como uma rede de interações consensuais e recursivas entre os membros de uma mesma comunidade de organismos: uma cultura (VIANNA, 2011).

Com relação à participação do código linguístico – a “língua” na tradição das ciências linguísticas – devemos observar que os elementos tradicionalmente descritos como a expressão da linguagem humana – sons, gestos, grafismos – não fazem parte, de antemão, da linguagem, pois esta é definida historicamente no processo coontogênico. Se há recursão, se no curso da interação determinado som ou gesto é distinguido como um elemento na coordenação de ações consensuais, ele fará parte da linguagem na descrição do observador. O mesmo se dá com outras regularidades percebidas na língua, como a sintaxe. É preciso fazer referência à história, ao curso de interações, para se dizer que uma palavra ou frase pertence à linguagem.

Essa relação estabelecida entre dois ou mais organismos, ou *coontogenia* (VIANNA, 2011), é um tipo particular do modo de vida recorrente de qualquer ser vivo, incluindo o humano: a relação organismo-meio. E tal como acontece na dinâmica das relações com o meio, dois (ou mais) organismos irão mudar suas estruturas de modo correspondente, na interação. Se essa história de relações durar o suficiente, se for recorrente e recursiva, temos o estabelecimento de um domínio linguístico, base da formação de um sistema social e de uma cultura (uma rede de sistemas vivos em coordenação consensual de ações). Assim, se ao invés de prestarmos atenção ao produto das relações - os elementos expressivos e a sintaxe -, atentarmos para a recursividade do processo interacional coontogênico, estaremos descrevendo os fundamentos biológicos do fenômeno da linguagem, gerativo dos fenômenos expressivos e sintáticos particulares da “língua”.

3. Línguas minoritárias e minorização

3.1 O caso nigeriano

Os nigerianos vivem em um ambiente marcadamente plurilíngue, com cerca de 500 línguas nacionais, tribais ou regionais, línguas estrangeiras usadas na diplomacia, comércio e ensino, além de línguas veiculares e de contato surgidas

antes e depois da expansão colonial europeia (LODHI, 1993). No século XV, o português serviu de base para a criação de línguas *pidgin*, a posterior islamização do norte acolheu o árabe como língua religiosa e de comércio, e línguas nativas majoritárias são usadas há séculos como línguas de contato. A independência, nos anos 1960, reforçou a tradição europeia da “língua única”, oficial, como elemento de unificação nacional. Mas os nigerianos resistem, por motivos políticos e simbólicos, dar esse papel a qualquer das três línguas majoritárias (hausa, iorubá e igbo, com cerca de 20 milhões de falantes cada), apesar de figurarem como cooficiais. Servem-se, para essa função, do inglês, língua do colonizador. A Nigéria não possui nenhuma língua africana de aceitação nacional, ao menos na visão das esferas sociais dominantes.

Há, no entanto, uma língua nigeriana que preenche os quesitos necessários de língua pátria: o *pidgin English*, ou *naija*, como conhecida no vernáculo (ADEGOJU, 2007; FARACLAS, 1988; MANN, 1993). Apesar do adjetivo “pidgin” (língua de comércio, “não natural”), o *naija* é língua materna de boa parte de seus falantes. É falado como primeira e segunda língua por toda a extensão da Nigéria, por cerca de 30 milhões de pessoas (mais que qualquer das três majoritárias) e amplamente utilizado como língua veicular, ou de contato (MANN, 1993).

A barreira para sua utilização é o preconceito que o *naija* sofre das classes educadas, visto como um inglês corrompido e, portanto, descartado em todas as esferas de poder como candidato a língua da nação. Não se trata, no entanto, de um “dialeto popular” do inglês (FARACLAS, 1988). O *naija* tem processos morfossintáticos próprios e vários dialetos regionais. É língua franca entre as classes mais pobres das grandes cidades, e língua comum dos habitantes dos vilarejos na zona rural em muitas regiões do país. Ou seja, estruturalmente, funciona tão bem quanto qualquer língua, e pode ser equipado para assumir qualquer papel. Mas não há interesse no *naija* nos centros decisores. E o desinteresse não se dá, obviamente, pelas características linguísticas “internas” ao código, mas pela condição socialmente marginalizada de seus usuários.

3.2 Os casos brasileiros

3.2.1 Portugueses brasileiros

O naja, com 30 milhões de usuários (uma população maior que a da Venezuela) não pode ser considerado língua minoritária. Situação semelhante é a dos falantes brasileiros de certas variantes do português que, apesar de comporem um enorme contingente da população (em conjunto, certamente a maioria), têm seus códigos estigmatizados como “variedades baixas” da língua,

O PB (português brasileiro) tem uma história de separação em dois falares nacionais: a língua materna da maioria dos brasileiros, e a língua oficial, privilégio de uma população menor e mais favorecida economicamente. Essa clivagem tem raízes na conservação da variante padrão do português europeu, em sua ligação com a escrita, e na deriva natural do português substandard em solo brasileiro, em um contexto multilíngue, aprendido como segunda língua por vários povos e seus descendentes.

A instituição da escravidão, que alienou socialmente escravos e senhores no Brasil por tanto tempo, não impediu que o contingente de ascendência africana, que durante séculos compreendeu a maior parte da população brasileira, se tornasse o maior usuário e agente disseminador do PB, utilizando-o inicialmente como segunda língua e, mais tarde, como língua materna, incorporando substratos africanos e indígenas e influenciando os falares brasileiros dos mais vários grupos étnicos e sociais, inclusive as “línguas cultas”.

Há uma discussão, na literatura linguística, sobre se a formação do PB (em contraste com a variante europeia) é caracterizada principalmente por um processo de crioulização, tendo o português europeu como base e com a adoção de aspectos das gramáticas africanas e indígenas (NOLL, 2008), ou, alternativamente, se a maioria das peculiaridades gramaticais do PB já estava presente nas variantes populares do português europeu (NARO e SCHERRE, 2007). Apesar de ser uma questão de interesse, é sintomático das escolhas epistemológicas dos linguistas, que o código seja o único lócus possível de análise. De fato, a base empírica para os argumentos de ambos os lados, são as estruturas linguísticas do PB, e sua comparação com os sistemas africanos,

indígenas e as variantes portuguesas europeias. No entanto, trata-se de um fenômeno de mudança ou deriva linguística que só pode ser plenamente entendido, se indagarmos sobre os processos interacionais (as dinâmicas coontogênicas) dos agentes envolvidos,

O fato linguístico mais relevante sobre o percurso formativo das variantes ditas populares do PB não é sua identidade gramatical, mas o processo de marginalização desses falares enquanto exemplo vivo de “português errado”, mesmo nas situações em que há menos incompatibilidade estrutural com a norma que variantes de prestígio. Como os próprios linguistas afirmam em sua tradicional contenda com os gramáticos, não há sistemas intrinsecamente bons ou ruins. Portanto, as razões do fenômeno da valorização diferencial, que afeta a vida linguística de milhões de pessoas é, um fenômeno da ordem da linguagem, mas, não, da ordem do código. Não há nada de “externo” à língua no fenômeno do preconceito linguístico e suas consequências sociais, pois o que se condena são justamente determinados comportamentos linguísticos, corporificados em um meio expressivo, mas, não, gerados (ou seja, explicados), por ele.

Da mesma forma que ocorre com o naija, os falares (ou estruturas específicas desses falares) do português brasileiro condenados no cotidiano dos falantes, dependem exatamente da identidade social desses falantes, ou seja das relações históricas que suas comunidades de fala estabelecem na rede de relações da sociedade brasileira.

Da mesma forma que o naija, não há nada de intrinsecamente “minoritário” nos falares brasileiros do português. Nos dois casos, nem mesmo em termos de números de falantes. O naija é, muito provavelmente, a língua mais falada da Nigéria. As variantes ditas populares do PB são, também, faladas pela maioria da população (em algumas de suas estruturas, por virtualmente toda a população), a despeito de sua negação enquanto não-língua, e sua invisibilidade enquanto vernáculo de aceitação nacional. Ambas, porém, vivem um processo sistêmico de minorização política, que interfere negativamente na vida de seus usuários, em várias esferas do uso social da língua, o que demanda uma ação igualmente

política a partir de um entendimento linguístico dos contextos interacionais dos falantes.

3.2.2 As línguas brasileiras

Após três séculos de domínio das línguas gerais de base indígena, adotou-se no Brasil a língua do colonizador como veículo primeiro das interações humanas. Hoje, o português do Brasil (em suas muitas variantes) acumula os títulos de língua nacional, de única língua oficial em território nacional (afora algumas poucas línguas localmente cooficiais), e de língua materna da imensa maioria da população. Apesar do status privilegiado do PB, o Brasil nunca foi um país monolíngue. Duas centenas de línguas – indígenas, de imigração, de fronteira e de sinais – são utilizadas ao lado do PB, às vezes em situação de contato conflituoso.

Das cerca de 200 línguas brasileiras, por volta de 180 são indígenas. O número absoluto é expressivo, mas, ao contrário da Nigéria, que tem mais de uma língua na casa dos milhões de falantes, no Brasil é baixa a densidade de falantes por língua, à exceção das variantes do português. A língua sateré-mawé é uma das línguas indígenas mais faladas no Brasil, usada por quase todos os membros do grupo étnico de mesmo nome, os Sateré-Mawé. É claro, o número de falantes não tem a dimensão dos cerca de 20 milhões de falantes nigerianos do iorubá. Trata-se de uma população de cerca de 8.500 pessoas, a maioria vivendo na terra indígena Andirá-Marau, entre os Estados do Amazonas e Pará, no Norte do país (FRANCESCHINI, 2011).

É relevante saber como os modos de vida dos falantes de mawé são afetados pela política de extermínio cultural em andamento desde o processo de colonização, mas com dinâmicas muito próprias na atualidade. Modernamente, os vários tipos de contato estabelecidos com os falantes de português (agentes governamentais, professores não-índios, missionários, comerciantes, madeireiros, autoridades locais) explicitam a diversidade de contextos de uso do português, causando, entre os índios, uma supervalorização dessa língua em detrimento da língua materna. Uma atitude linguística com reflexos em vários aspectos da vida

Sateré-Mawé, como a educação formal e informal das crianças, que acaba sendo conduzida em língua portuguesa.

A perda sofrida pelos Sateré-Mawé, ao deixar de dizer e ouvir em sua própria língua, não se resume à perda de conteúdos, à perda de “saberes tradicionais” contidos na língua daquele povo. Há graves consequências sociais e emocionais imediatas para os membros de uma comunidade de fala que, por ocasião do conflito linguístico com uma língua de prestígio, são privados de exercer amplamente a própria língua.

Também aqui o termo “língua minoritária” é inadequado. Ainda que haja situações diversas para cada caso, várias línguas indígenas brasileiras, e esse é o caso do mawé, não são minoritárias em seu contexto de uso. As línguas indígenas sobreviventes são utilizadas em graus diferentes por suas populações, mas sempre adequadas a seu modo de vida, e de uso pleno na rede de interações dentro e fora da aldeia, entre os falantes da mesma língua ou no contato com outras etnias, inclusive os não índios. Apenas em um contexto nacional, que escapa à efetiva rede de relações do povo considerado, tal língua poderia ser considerada minoritária. O que há, de fato, é um processo constante (tal como vimos no caso das variedades populares do PB) de minorização dessas línguas pelo avanço da língua de prestígio, que impõe, constantemente, a intermediação do português em todos os contatos, inter ou mesmo intralinguísticos de seus falantes.

Considerações finais

O quadro aqui apresentado busca demonstrar um desequilíbrio entre o uso e as funções desempenhadas pelas línguas não oficiais brasileiras: o primeiro abrangente e bem estabelecido entre os falantes (mesmo em línguas com baixo número de usuários) ao passo que as funções dessas línguas são drasticamente reduzidas através da intermediação da língua de prestígio. O resultado é a continuada minorização dos falares substandard do PB e das demais línguas brasileiras, marginalizando seus falantes em vários aspectos da vida social, econômica e política.

Uma resposta a esse problema é uma mudança na qualidade das intervenções linguísticas no Brasil. Por exemplo, apesar dos falantes do naija sofrerem um preconceito semelhante ao dos falantes das variantes populares do PB, a política linguística nigeriana é mais avançada que a brasileira ao reconhecer sua condição multilíngue no sistema educacional. Em cada região, a principal língua local (a língua majoritária na região, e não só as “três grandes”: o hausa, o iorubá e o igbo) é o meio de instrução no ensino primário. No segundo grau, outra língua regional nigeriana é introduzida, o francês é oferecido como segunda língua, e o inglês é o meio oficial de instrução, tanto no ensino secundário quanto no superior. Na universidade, os alunos têm oportunidade de aprender uma língua africana não nigeriana, como o suaíli ou o árabe (LODHI, 1993).

Podemos objetar que, se na Nigéria há várias línguas majoritárias, no Brasil há poucos falantes das línguas não portuguesas, não justificando seu emprego em currículos escolares mais abrangentes. Mas um aspecto importante da vantagem do sistema nigeriano, não está no suprimento de uma demanda, mas em uma intervenção que, ao contrário da maior parte das políticas linguísticas brasileiras, reconhece o fato de que seus falantes estabelecem relações multilíngues. O efeito da política linguística nigeriana aplicada à educação é o envolvimento efetivo de falantes de dezenas de línguas nos processos de interação por meio de sua língua materna (em vários sentidos do termo), extrapolando seu uso para fora do círculo familiar e alcançando outras esferas da vida interpessoal.

Para pensarmos políticas linguísticas adequadas às necessidades e aos desejos dos falantes, é preciso uma percepção do sistema social como o lugar em que se dá o fenômeno linguístico e, não um domínio externo ou um fator complementar à língua. Em ambos os casos, penso que se trata de recortes conceituais geralmente cegos ao fenômeno particular do viver do humano, que é aquele que, de fato, experiencia a linguagem. Quando nos esquecemos desse nível mais básico de envolvimento do organismo humano no espaço relacional da linguagem, estamos menos aptos a dar a importância devida ao prazer ou ao sofrimento que cada pessoa experimenta ao ampliar, ou, por outro lado, reduzir suas possibilidades de interação dentro e fora de sua comunidade de fala.

Bibliografia

- ADEGOJU, Adeyemi. Corruption of language and Nigerian debased value. *Nebula*, Osogbo, v. 4. n. 3, set, 2007.
- ADOVASIO, James e PAGE, Jake. *Os primeiros americanos*. São Paulo: Record, 2011
- BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011
- CAVALLI-SFORZA, Luigi Luca. *Genes, people and languages*. Berkeley: University of California Press, 2000
- FARACLAS, Nicholas. Nigerian pidgin and the languages of Southern Nigeria. *Journal of Pidgin and Creole Languages*, v. 3, n. 2, 1988. pp. 177-197
- FRANCESCHINI, Dulce do Carmo. “Línguas indígenas e português: contato ou conflito de línguas? Reflexões acerca da situação dos Mawé”. In: Sidney de Souza Silva (orgs.). *Línguas em contato: Cenários de bilinguismo no Brasil*. Campinas: Pontes, 2011. p. 41-72.
- LENNEBERG, Eric. *Biological Foundations of Language*. New York: John Wiley, 1967
- LODHI, Abdulazizy. The language situation in Africa today. *Nordic Journal of African Studies*, Helsinki, v. 2, n.1, 1993, pp. 79-86
- MANN, Charles C. The sociolinguistic status of Anglo-Nigerian pidgin: An overview. *International Journal of Sociology of Language*, n. 100-101, 1993. pp. 167-78,
- MATURANA, Humberto. “Seres humanos individuais e fenômenos sociais humanos”. In: Cristina Magro, Miriam Graciano e Nelson Vaz, (orgs.). *Humberto Maturana: a ontologia da realidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997
- MATURANA, Humberto y MPODOZIS, Jorge. *Origen de las especies por medio de la deriva natural*. Santiago de Chile: Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, 1992

- MATURANA, Humberto and VARELA, Francisco. *Autopoiesis and cognition*.
Dordrecht: Reidel, 1980
- MILROY, James. "Ideologias linguísticas e as consequências da padronização". In:
Xoán Carlos Lagares e Marcos Bagno (orgs.). *Políticas da norma e conflitos
linguísticos*. São Paulo: Parábola, 2011. P. 49-87.
- MOORE, Denny. "Línguas indígenas". In: Heliana Mello, Cléo Altenhofen e
Tommaso Raso (orgs.). *Os contatos linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte:
Editora UFMG, 2011. pp. 217-239
- NARO, Anthony Julius e SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Origens do português
brasileiro*. São Paulo: Prábola, 2007
- NOLL, Volker. *O português brasileiro: Formação e contrastes*. São Paulo: Editora
Globo, 2008
- PETTER, Margarida. "A influência das línguas africanas no português brasileiro".
In: Heliana Mello, Cléo Altenhofen e Tommaso Raso (orgs.). *Os contatos
linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. pp. 255-288
- RIBEIRO, Darcy. *As Américas e a civilização: Processo de formação e causas do
desenvolvimento desigual dos povos americanos*. São Paulo: Companhia
das Letras, 2007
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo:
Companhia das Letras, 1995
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. 1985. Relações internas na família lingüística Tupí-
Guaraní. *Revista de Antropologia*, vols. 27/28, pp. 33-53.
- STORTO, Luciana e FRANCHETTO, Bruna. "Hipóteses linguísticas sobre o
povoamento das Américas: é o ameríndio a língua original do continente sul-
americano?". In: Hilton da Silva & Claudia Rodrigues-Carvalho (orgs.). *Nossa
origem. O povoamento das Américas: visões multidisciplinares*. Rio de
Janeiro: Viera&Lent, 2006. pp. 105-122
- VIANNA, Beto. Co-ontogenia: una aproximación sistémica al lenguaje. *Revista de
Antropología Iberoamericana*. vol. 6, no. 2, Mayo-Agosto, 2011. pp. 135-158